



Simulado Final

CPUPE

Analista Jurídico Previdenciário
Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CPU-PE**, cargo de **Analista Jurídico Previdenciário**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/tWn4H2E4VNiNHT3m7>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Q3wY>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabricio Dutra*

A gestão ambiental do lixo constitui um dos principais desafios contemporâneos das sociedades urbanas, uma vez que o crescimento populacional, o aumento do consumo e a cultura do descarte intensificam a geração de resíduos sólidos. A administração inadequada desses materiais provoca impactos significativos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, a emissão de gases de efeito estufa e a proliferação de vetores de doenças, tornando indispensável a adoção de políticas públicas eficazes e de práticas sustentáveis.

Nesse contexto, a gestão ambiental do lixo deve fundamentar-se em princípios como a redução, a reutilização e a reciclagem, priorizando a diminuição da geração de resíduos na fonte e o correto encaminhamento dos materiais descartados. A implementação de sistemas de coleta seletiva, a valorização do trabalho de cooperativas de catadores e o incentivo à logística reversa são medidas essenciais para promover o reaproveitamento dos resíduos e reduzir a sobrecarga sobre aterros sanitários, além de estimular uma economia mais circular e responsável.

Por fim, é imprescindível destacar o papel da educação ambiental como instrumento central para o sucesso da gestão do lixo, uma vez que mudanças estruturais dependem também da conscientização e do engajamento da população. A formação de uma cultura ambientalmente responsável, aliada à atuação integrada do poder público, do setor privado e da sociedade civil, contribui para a construção de cidades mais sustentáveis e para a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

1. Com base nas ideias desenvolvidas no texto, assinale a alternativa correta.
- a) O texto defende que os impactos ambientais decorrentes do lixo são inevitáveis, uma vez que o crescimento urbano impede a adoção de políticas públicas eficazes.
- b) A gestão ambiental do lixo é apresentada como um problema restrito à atuação do poder público, não dependendo do comportamento da população.

c) A educação ambiental é apontada como fator secundário na gestão do lixo, pois as mudanças estruturais dependem prioritariamente de avanços tecnológicos.

d) O texto sustenta que a redução da geração de resíduos, a coleta seletiva e a reciclagem são estratégias centrais para minimizar os impactos ambientais do lixo.

e) A valorização das cooperativas de catadores é considerada irrelevante, já que o texto prioriza exclusivamente a destinação final em aterros sanitários.

2. Assinale a alternativa que traduz corretamente o trecho abaixo, sem alteração de sentido e em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

"A administração inadequada desses materiais provoca impactos significativos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, a emissão de gases de efeito estufa e a proliferação de vetores de doenças."

- a) A gestão incorreta desses resíduos gera impactos relevantes no meio ambiente, a exemplo da contaminação do solo e da água, da liberação de gases de efeito estufa e da multiplicação de vetores de doenças.
- b) A administração desses materiais, quando inadequada, provoca impactos ao meio ambiente, porém restringe-se à contaminação do solo e dos recursos hídricos.
- c) Os impactos ambientais decorrentes desses materiais são provocados exclusivamente pela emissão de gases de efeito estufa e pela proliferação de vetores de doenças.
- d) A administração inadequada desses materiais provoca impactos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, emitindo gases de efeito estufa e proliferando vetores de doenças.
- e) A má administração desses materiais causa impactos ambientais, embora não comprometa o solo, a água ou a saúde pública.

3. Assinale a única alternativa correta quanto à concordância:
- a) O texto associa o aumento da geração de resíduos sólido ao crescimento populacional e à intensificação dos padrões de consumo nas sociedades urbanas.
 - b) Os impactos ambientais mencionados no texto limita-se aos prejuízos estéticos causados pelo acúmulo de lixo nas cidades.
 - c) Nos grandes centros urbanos, haviam inúmeros desafios relacionados à gestão ambiental do lixo, especialmente quando faltam políticas públicas eficazes e mecanismos de fiscalização contínua.
 - d) Discute-se, com frequência crescente nos debates ambientais contemporâneos, as necessidades de rever padrões de consumo e de ampliar a responsabilidade social na destinação adequada dos resíduos sólidos.
 - e) É fundamental, para a consolidação de práticas sustentáveis nas cidades, investir de forma permanente em educação ambiental e em políticas integradas de gestão de resíduos.
4. Assinale a opção em que apresente a correta reescrita da oração ‘Todos podem entender verdadeiramente o objetivo do projeto’ na voz passiva.
- a) O objetivo do projeto foi verdadeiramente entendido por todos.
 - b) O objetivo do projeto podia ser verdadeiramente entendido por todos.
 - c) O objetivo do projeto poderá ser verdadeiramente entendido por todos.
 - d) O objetivo do projeto vai ser verdadeiramente entendido por todos.
 - e) O objetivo do projeto pode ser verdadeiramente entendido por todos.
5. Assinale a única alternativa correta em relação à regência e ao emprego de pronome relativo.
- a) O projeto **de que** nos referimos durante a reunião ainda depende de aprovação técnica.
 - b) As circunstâncias **onde** ocorreram as mudanças exigem uma avaliação mais cuidadosa.
 - c) Os princípios **dos quais** se fundamenta a política ambiental precisam ser amplamente divulgados.
 - d) A realidade **da qual** o relatório trata revela desafios estruturais persistentes.
 - e) As metas **das quais** a equipe direcionou seus esforços foram estabelecidas com base em dados técnicos.
6. É gramaticalmente regular a substituição proposta para o elemento sublinhado na frase:
- a) A administração inadequada desses materiais provoca impactos significativos ao meio ambiente. // os provoca impactos significativos.
 - b) tornando indispensável a adoção de políticas públicas eficazes e de práticas sustentáveis. // Ihes tornando indispensáveis.
 - c) O aumento do consumo intensifica a produção de resíduos sólidos// intensifica-lhe.
 - d) Políticas públicas integradas fortalecem a reciclagem // as fortalecem
 - e) A educação ambiental promove mudanças de comportamento // promove-as

7. Está plenamente regular a pontuação da frase a seguir:

- a) A gestão ambiental do lixo impõe às sociedades contemporâneas o desafio de conciliar o crescimento urbano e o aumento do consumo com a adoção, de práticas sustentáveis capazes de minimizar os impactos ambientais decorrentes da destinação inadequada dos resíduos sólidos.
- b) A ausência de políticas públicas integradas e de mecanismos eficientes de fiscalização, contribui para a intensificação de problemas ambientais, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de comprometer a saúde pública nos grandes centros urbanos.
- c) A implementação de sistemas de coleta seletiva, associada ao fortalecimento de cooperativas, de catadores e ao incentivo à logística reversa, revela-se fundamental para a redução do volume de resíduos encaminhados aos aterros sanitários.
- d) A educação ambiental desempenha papel estratégico na formação de uma consciência coletiva voltada para a redução do desperdício, para o reaproveitamento de materiais e para a adoção de hábitos de consumo mais responsáveis.
- e) A construção de cidades ambientalmente sustentáveis depende da atuação articulada entre poder público, setor privado e sociedade civil, bem como do comprometimento, contínuo com a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

8. Por fim, é imprescindível destacar o papel da educação ambiental [...], uma vez que mudanças estruturais dependem também da conscientização e do engajamento da população."

Os conectivos destacados acima expressam, respectivamente:

- a) consequência e causa
- b) conclusão e explicação
- c) conclusão e causa
- d) adversidade e consequência
- e) conclusão e consequência

9. Assinale a alternativa em que a lacuna deve ser corretamente preenchida com "à", segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

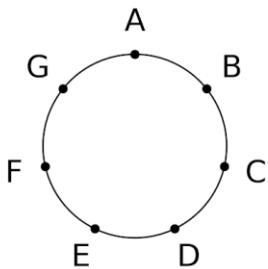
- a) A política ambiental deve ser aplicada ____ longo prazo, com planejamento e fiscalização contínuos.
- b) O relatório foi encaminhado ____ secretaria responsável pela gestão dos resíduos sólidos.
- c) A educação ambiental contribui ____ formação de hábitos de consumo mais conscientes.
- d) Os gestores públicos deram prioridade ____ políticas de reciclagem e reutilização.
- e) O projeto visa ____ reduzir os impactos ambientais causados pelo descarte inadequado do lixo.

10. Assinale a alternativa correta, de acordo com a régência verbal exigida pela norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Os gestores ambientais **visaram à** reduzir os impactos causados pelo descarte inadequado de resíduos.
- b) A população **obedeceu** as orientações divulgadas pelos órgãos ambientais.
- c) O relatório **implicou em** mudanças significativas na política de gestão do lixo urbano.
- d) Os especialistas **assistiram ao** aumento da produção de resíduos sólidos nas cidades.
- e) A campanha educativa **informou à** população sobre a importância da coleta seletiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

- 11.** Um sistema automatizado de irrigação controla 7 setores de uma grande plantação, identificados pelas letras A, B, C, D, E, F e G, dispostos em uma configuração circular.



O sistema opera realizando "trocas" sequenciais: ao realizar uma troca, a irrigação passa do setor atual para o setor imediatamente seguinte no sentido horário (exemplo: se está em A, passa para B; se está em B, passa para C; se está em G, retorna para A).

Sabe-se que o sistema partiu de um setor inicial desconhecido e, após realizar exatamente 500 trocas consecutivas, a irrigação parou no setor F.

O setor onde a irrigação estava inicialmente era o:

- a) B.
- b) C.
- c) D.
- d) E.
- e) A.

- 12.** Uma empresa pública pernambucana investiu R\$ 302.400,00 na modernização de seu parque de servidores, valor este que já contempla um desconto de 10% sobre o preço de tabela oferecido pelo fornecedor. O preço de tabela original desse lote de servidores é:

- a) R\$ 332.400,00.
- b) R\$ 334.200,00.
- c) R\$ 336.000,00.
- d) R\$ 337.800,00.
- e) R\$ 339.600,00.

- 13.** Davi, Elias e Fernando são colecionadores de veículos antigos e cada um possui um modelo diferente: um Fusca, um Opala e uma Kombi, não necessariamente nessa ordem, que apresentam velocidades máximas diferentes. Considerando a velocidade máxima atingida pelos veículos de cada um, sabe-se que o dono do Fusca, que é vizinho de Elias, possui o veículo mais lento dentre os três. Adicionalmente, sabe-se que o dono da Kombi possui um veículo mais lento que o de Fernando. De acordo com esse contexto, pode-se deduzir corretamente que:

- a) Davi é o dono do Fusca.
- b) Elias é o dono do Opala.
- c) Fernando não é o dono do Opala.
- d) Elias possui o veículo mais lento dos três.
- e) O dono do Opala não é o dono do veículo mais rápido dentre os três.

- 14.** Considere a seguinte afirmação sobre a cultura pernambucana:

"Todo passista sabe frevar e o Galo da Madrugada é o maior bloco do mundo."

Assinale a alternativa que apresenta a negação lógica dessa proposição.

- a) Todo passista não sabe frevar e o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.
- b) Nenhum passista sabe frevar ou o Galo da Madrugada é o maior bloco do mundo.
- c) Algum passista não sabe frevar e o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.
- d) Todo passista sabe frevar ou o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.
- e) Algum passista não sabe frevar ou o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.

15. Um engenheiro agrônomo, ao inspecionar uma grande propriedade rural, identificou que um talhão de 59 hectares estava infestado por uma praga específica. Para controlar a infestação e garantir a sanidade da lavoura, foi determinado o tratamento com um defensivo agrícola especial. O protocolo técnico exige a realização de 3 aplicações completas (pulverizações) em toda a área afetada. Ao consultar as especificações do produto, o engenheiro verificou que um tambor do defensivo possui um rendimento suficiente para cobrir 66 hectares por aplicação.

Neste caso, a quantidade mínima de tambores que deverão ser adquiridos para realizar o tratamento completo será de:

- a) 4 tambores.
- b) 2 tambores.
- c) 3 tambores.
- d) 5 tambores.
- e) 1 tambor.

16. Uma transportadora precisa distribuir a entrega de 50 encomendas grandes entre seus 6 caminhões disponíveis. Foi estabelecido que cada encomenda deve ser alocada em apenas um caminhão. Ao final do carregamento, todos os caminhões receberam cargas e todas as encomendas foram distribuídas. Desta forma, é correto afirmar que:

- a) quatro caminhões levaram 7 encomendas e dois caminhões levaram 11 encomendas.
- b) um dos caminhões levou exatamente 10 encomendas.
- c) todos os caminhões levaram, cada um, pelo menos 5 encomendas.
- d) um dos caminhões levou somente 2 encomendas.
- e) pelo menos um dos caminhões levou 9 encomendas ou mais.

17. Considere verdadeiras as seguintes afirmações sobre a gestão de uma grande obra de engenharia:

- Se a fundação for reforçada, então o cronograma não atrasará.
- Ou a equipe foi treinada, ou os materiais são importados.
- Se os materiais não são importados, então o cronograma atrasará.
- A equipe foi treinada.

A partir da veracidade das afirmações, conclui-se corretamente que

- a) a fundação foi reforçada ou os materiais são importados.
- b) a fundação não foi reforçada e o cronograma não atrasará.
- c) o cronograma não atrasará e a equipe foi treinada.
- d) a fundação não foi reforçada e os materiais não são importados.
- e) a equipe foi treinada e a fundação foi reforçada.

18. Um sistema de monitoramento registra a altitude de um drone, em metros, a cada minuto. A sequência abaixo apresenta os registros iniciais desse monitoramento, que seguem um padrão lógico rigoroso:

50; 59; 69; 78; 88; 97; 107; 116; 126; 135; ...

Sabendo-se que o 42º registro de altitude foi de 439 metros, a diferença entre o valor do 45º registro e o valor do 39º registro, nessa ordem, é igual a

- a) 37.
- b) 29.
- c) 19.
- d) 57.
- e) 46.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Stefan Fantini*

19. O chefe do Poder Executivo do Município Alfa decidiu nomear um artista conhecido para um cargo em comissão na administração local. Durante a conversa, deixou explícito que a nomeação só ocorreria se o músico realizasse uma apresentação particular em uma data comemorativa da família do gestor, já que sua cônjuge é admiradora do trabalho do artista.

Considerando os modelos de administração pública, essa conduta — na qual o Estado é utilizado como instrumento de interesses pessoais do detentor do poder — é característica do modelo:

- a) patrimonialista
- b) gerencial
- c) burocrático
- d) democrata
- e) pós-burocrático

20. No âmbito do modelo burocrático, há um tipo de autoridade cuja legitimidade decorre do ordenamento jurídico: a obediência se dá por causa da validade das normas, das regras formais e da disciplina. Esse tipo de dominação é denominado:

- a) compulsória
- b) racional-legal
- c) tradicional
- d) institucional
- e) carismática

21. Em administração pública, o termo accountability remete à noção de que:

- a) há atenuação das fronteiras entre o patrimônio público e o patrimônio privado.
- b) a prioridade deve recair sobre o controle dos meios e procedimentos.
- c) o agente público tem o dever de prestar contas de seus atos e assumir responsabilidade por eles.

d) o Estado deve assegurar serviços mediante uma postura empreendedora.

e) o agente público deve prestar contas de seus atos e atribuir aos cidadãos a responsabilidade por eles.

22. Conforme a abordagem do Banco Mundial sobre boa governança, assinale a alternativa que não corresponde a um de seus princípios (EXCETO):

- a) equidade
- b) responsabilidade
- c) legitimidade
- d) sigilo
- e) probidade

23. No campo da análise de políticas públicas, quando tanto os custos quanto os resultados conseguem ser expressos em valores monetários, utiliza-se a:

- a) Análise Efetividade-Benefício
- b) Análise Efetividade-Custo
- c) Análise Custo-Efetividade
- d) Análise Benefício-Efetividade
- e) Análise Custo-Benefício

24. No ciclo de políticas públicas, existe uma modalidade de avaliação realizada enquanto a política ainda está em execução, com a finalidade de acompanhar seu progresso, gerar aprendizados sobre o processo e promover ajustes para aprimorar a implementação e o desenvolvimento. Essa avaliação é denominada:

- a) Avaliação Ex Ante
- b) Avaliação In Itinere
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação Somativa
- e) Avaliação Posterior

LEGISLAÇÃO*Rodrigo Bet*

25. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece objetivos, fundamentos e princípios que orientam o tratamento de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro. À luz da LGPD, assinale a alternativa correta.

- a) A LGPD tem como objetivo exclusivo a proteção da privacidade, afastando qualquer preocupação com o desenvolvimento econômico, tecnológico ou com a livre iniciativa.
- b) A autodeterminação informativa, o respeito à privacidade e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem constituem fundamentos da LGPD.
- c) Os princípios da LGPD restringem-se à finalidade e à segurança, sendo inaplicáveis os princípios da transparência e da responsabilização.
- d) A proteção ao livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural não integra os objetivos da LGPD, limitando-se a lei à tutela de dados sensíveis.
- e) A livre concorrência e a defesa do consumidor são incompatíveis com a proteção de dados pessoais e, por isso, não integram os fundamentos da LGPD.

26. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) disciplina as hipóteses em que deve ocorrer o término do tratamento de dados pessoais, estabelecendo critérios objetivos voltados à proteção dos direitos do titular e ao atendimento do interesse público. Considerando o regime jurídico previsto na LGPD, especialmente o art. 15, assinale a alternativa correta.

- a) O término do tratamento de dados pessoais depende exclusivamente de manifestação expressa do titular, sendo irrelevante a verificação do cumprimento da finalidade inicialmente informada.
- b) O encerramento do tratamento ocorre automaticamente com a revogação do consentimento pelo titular, ainda que subsistam fundamentos legais ou interesse público que autorizem a continuidade do tratamento.

c) O tratamento de dados pessoais poderá ser encerrado quando verificada a finalidade para a qual os dados foram coletados, quando estes deixarem de ser necessários ou pertinentes, pelo fim do período de tratamento, por comunicação do titular ou por determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

- d) A Autoridade Nacional de Proteção de Dados somente poderá determinar o término do tratamento após decisão judicial transitada em julgado que reconheça a violação à LGPD.
- e) O fim do período de tratamento não constitui hipótese legal de encerramento do tratamento de dados pessoais, devendo os dados ser mantidos enquanto houver possibilidade de uso futuro.

27. A Lei Estadual nº 14.804/2020, ao disciplinar o acesso à informação, estabelece requisitos mínimos que devem constar da decisão de classificação da informação em qualquer grau de sigilo. Considerando o disposto no art. 14 da referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) A classificação da informação prescinde de decisão formal, bastando a indicação genérica do grau de sigilo atribuído pela autoridade competente.
- b) A decisão de classificação deve indicar exclusivamente o assunto tratado e o prazo de sigilo, sendo dispensável a identificação da autoridade classificadora.
- c) A decisão de classificação poderá ser mantida em grau de sigilo diverso daquele atribuído à informação classificada, a critério da autoridade administrativa.
- d) A fundamentação da classificação independe da observância dos critérios legais, podendo basear-se exclusivamente em juízo discricionário da autoridade.
- e) A decisão que classificar informação em qualquer grau de sigilo deverá conter, no mínimo, o assunto a que se refere, o fundamento da classificação, a indicação do prazo ou do evento que defina o termo final do sigilo e a identificação da autoridade que a classificou.

28. O Decreto nº 49.265/2020, do Estado de Pernambuco, regulamenta a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito da Administração Pública estadual, definindo competências dos órgãos e atribuições do encarregado pelo tratamento de dados pessoais. Considerando o disposto no referido decreto, assinale a alternativa correta.

- a) Compete exclusivamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a designação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo estadual.
- b) Os órgãos da estrutura administrativa do Poder Executivo estadual não exercem atribuições típicas de controlador de dados pessoais, limitando-se à execução de orientações federais.
- c) A elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais é facultativa, dependendo de determinação expressa da ANPD.
- d) O encarregado pelo tratamento de dados pessoais deve ser designado por ato próprio, possuir qualificações adequadas à função e estar subordinado diretamente ao dirigente máximo do órgão ou entidade.
- e) O fornecimento de termos de uso, manuais de instruções e treinamentos aos operadores é atribuição exclusiva das áreas jurídica e tecnológica, não competindo ao órgão controlador.

29. A Lei de Acesso à Informação (LAI) institui o dever de transparência ativa, impondo aos órgãos e entidades públicas a divulgação espontânea de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de solicitações. À luz da LAI, assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos públicos devem divulgar, no mínimo, informações sobre competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades, horários de atendimento ao público, despesas, procedimentos licitatórios (inclusive editais e resultados), contratos celebrados e dados

para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras.

- b) A divulgação de procedimentos licitatórios restringe-se aos editais, sendo dispensada a publicação de resultados e contratos celebrados.
- c) A transparência ativa limita-se à divulgação de dados institucionais básicos, sendo vedada a publicação de informações sobre despesas, contratos e procedimentos licitatórios.
- d) As respostas a perguntas frequentes da sociedade somente devem ser disponibilizadas mediante requerimento formal do interessado.
- e) A transparência ativa é facultativa e depende de regulamentação específica de cada ente federativo para produzir efeitos.

30. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI), o pedido de acesso à informação deve ser atendido em prazo legalmente estabelecido, observadas determinadas providências por parte do órgão ou entidade pública. Considerando o prazo para atendimento e as obrigações da Administração, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão público dispõe de prazo máximo de 30 dias, improrrogável, para responder ao pedido de acesso à informação, ainda que a informação esteja disponível de imediato.
- b) Como regra geral, o acesso à informação deve ser concedido de imediato e, não sendo possível, o órgão terá até 20 dias para responder, prorrogáveis por mais 10 dias, desde que haja justificativa expressa.
- c) A prorrogação do prazo para resposta ao pedido de acesso à informação independe de justificativa e pode ser concedida automaticamente pela Administração.
- d) Caso o órgão público não detenha a informação solicitada, deverá simplesmente indeferir o pedido, sem necessidade de indicar o órgão competente.
- e) A recusa total ou parcial do acesso à informação dispensa a indicação das razões de fato ou de direito que a fundamentam.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Rubens Mauricio*

31. A Constituição Federal de 1988, especialmente após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, estabelece que os regimes próprios de previdência social (RPPS) serão regidos por normas que garantam o equilíbrio financeiro e atuarial. Sobre a aplicação desse princípio, assinale a alternativa correta:

- a) Impede, de forma absoluta, que o RPPS conceda benefícios distintos daqueles previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- b) Exige apenas o equilíbrio financeiro, compreendido como a equivalência entre receitas e despesas dentro de um mesmo exercício civil.
- c) Autoriza a concessão de benefícios ou o aumento de prestações sem a correspondente fonte de custeio total, desde que demonstrado superávit atuarial no exercício anterior.
- d) Impõe que o regime seja estruturado de modo a garantir a solvência das obrigações previdenciárias em longo prazo, considerando projeções de receitas e despesas futuras.
- e) Trata-se de princípio aplicável exclusivamente ao RGPS, dada a autonomia administrativa e financeira dos Estados e Municípios para gerirem seus regimes próprios.

32. No que diz respeito à organização dos Regimes Próprios de Previdência Social e às inovações trazidas pela EC nº 103/2019, assinale a alternativa correta:

- a) Estados e Municípios possuem autonomia plena para criar auxílios-doença e salários-família pagos diretamente pelo fundo previdenciário do RPPS.
- b) A instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) é facultativa para os entes federativos que desejam limitar o valor das aposentadorias ao teto do RGPS.
- c) A instituição do regime de previdência complementar é o pressuposto necessário para que o ente fixe, para o valor das aposentadorias e pensões do RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.
- d) Os critérios para concessão de aposentadoria especial aos servidores com deficiência ou que exerçam atividades perigosas devem ser definidos livremente por lei ordinária de cada ente federativo.
- e) A alíquota de contribuição ordinária dos servidores dos Estados e Municípios poderá ser inferior à alíquota aplicável aos servidores da União, independentemente de haver déficit atuarial.

33. A Lei nº 9.717/1998 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social. De acordo com esse diploma legal e a jurisprudência correlata, é vedado aos RPPS:

- a) A instituição de contribuições extraordinárias para o equacionamento de déficit atuarial.
- b) A concessão de benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), salvo se houver expressa previsão na Constituição Federal.
- c) A adoção do regime de capitalização como método de financiamento dos benefícios programados.
- d) A realização de avaliações atuariais em cada exercício financeiro.
- e) A cobrança de contribuição previdenciária de servidores inativos e pensionistas.

34. Determinado servidor público federal averbou 12 anos de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e, após aprovação em concurso, completou mais 20 anos no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União. Ao se aposentar por este último regime, utilizando a contagem recíproca de tempo de contribuição, é correto afirmar que:

- a) O RPPS da União deverá arcar isoladamente com o ônus financeiro, visto que o servidor se aposentou sob suas regras.
- b) O RGPS não transfere valores, sendo o tempo utilizado meramente para fins de cômputo jurídico de carência e tempo de serviço.
- c) Deverá haver compensação financeira entre o RGPS (regime de origem) e o RPPS (regime instituidor), conforme critérios estabelecidos em lei.
- d) A compensação financeira entre os regimes só ocorrerá se o RPPS da União demonstrar déficit atuarial no momento da concessão do benefício.
- e) O tempo de contribuição no RGPS é limitado ao máximo de 10 anos para fins de aproveitamento no serviço público.

35. A Lei nº 9.796/1999 regulamenta o preceito constitucional da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social. Sobre este tema, assinale a alternativa correta:

- a) A compensação financeira é facultativa, dependendo de conveniência política do ente federativo de origem.
- b) A referida lei aplica-se exclusivamente à compensação entre o RGPS e o RPPS da União, excluindo-se Estados e Municípios.
- c) O repasse de valores entre os regimes depende da assinatura prévia de acordo bilateral específico para cada servidor aposentado.
- d) A compensação financeira é obrigatória nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para fins de aposentadoria e pensão.
- e) A compensação financeira restringe-se às aposentadorias por tempo de contribuição, não alcançando os benefícios por incapacidade permanente.

36. No que tange ao Regime de Previdência Complementar (RPC) do servidor público, disciplinado pelas Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001, assinale a opção correta:

- a) As entidades fechadas de previdência complementar possuem natureza jurídica de direito público, integrando a administração direta.
- b) O benefício complementar possui valor definido em lei, garantindo a irredutibilidade do valor real ao longo do tempo pelo Tesouro Nacional.
- c) O regime de previdência complementar é obrigatoriedade estruturado sob o regime de capitalização, baseado em reservas que garantam o benefício contratado.
- d) O ente público, na qualidade de patrocinador, garante o pagamento dos benefícios caso o fundo de pensão apresente insolvência.
- e) A adesão do servidor público ao regime de previdência complementar é obrigatória e automática no momento da posse.

37. A Emenda Constitucional nº 103/2019 impôs importantes diretrizes para a previdência complementar dos entes subnacionais. Diante das novas regras, é correto afirmar que:

- a) Os Estados e Municípios estão impedidos de instituir previdência complementar se possuírem déficit em seus regimes próprios.
- b) Todos os entes federativos que possuem RPPS devem instituir o regime de previdência complementar para seus servidores.
- c) Os novos planos de previdência complementar dos servidores podem ser oferecidos na modalidade de Benefício Definido (BD).
- d) O regime próprio pode dispensar a avaliação atuarial caso o ente tenha migrado todos os servidores para o regime complementar.
- e) A pensão por morte no âmbito do RPC deve ser vitalícia para todos os dependentes, independentemente da idade.

38. Conforme dispõe a Lei nº 10.887/2004 e as diretrizes constitucionais vigentes, a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas do RPPS da União incide sobre:

- a) A totalidade do valor dos proventos de aposentadoria e pensão.
- b) A parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS (teto do RGPS).
- c) O valor que exceder o salário-mínimo nacional vigente.
- d) Apenas sobre as parcelas indenizatórias incorporadas aos proventos.
- e) Não há previsão legal para incidência de contribuição sobre inativos em regimes próprios após a Reforma de 2019.

39. A doutrina e a jurisprudência costumam classificar as normas da Emenda Constitucional nº 103/2019 quanto à sua aplicabilidade aos Estados, Distrito

Federal e Municípios. Nesse contexto, a reforma é considerada "parcialmente autoaplicável" porque:

- a) Determinou a extinção imediata de todos os regimes próprios, migrando os segurados para o RGPS.
- b) Depende integralmente da edição de leis complementares por cada um dos entes federativos para que qualquer regra produza efeitos.
- c) Contém normas de eficácia plena e imediata (como vedações e alíquotas mínimas) e normas que dependem de legislação local (como idade mínima e regras de transição).
- d) Suas disposições só se aplicam aos novos servidores admitidos após 2019, respeitando o direito adquirido dos antigos servidores.
- e) Suas regras de cálculo e idade mínima aplicam-se apenas aos servidores civis da União.

40. Sobre a relação entre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS e a implementação do Regime de Previdência Complementar (RPC) para os servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A instituição do RPC elimina o risco atuarial do RPPS, transformando-o imediatamente em um regime superavitário.
- b) Com a implementação do RPC, o RPPS passa a conceder benefícios em valores superiores ao teto do RGPS para compensar a perda salarial dos servidores.
- c) A partir da vigência do RPC, a responsabilidade do RPPS quanto ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão dos novos servidores fica limitada ao teto estabelecido para o RGPS.
- d) A instituição do RPC desonera o ente público da obrigação de contribuir na qualidade de patrocinador.
- e) A compensação financeira entre regimes deixa de ser necessária para os servidores que optarem pelo regime complementar.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

41. No que se refere ao sistema de controle de constitucionalidade adotado no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado de constitucionalidade é exercido apenas pelo Supremo Tribunal Federal, limitando-se às ações diretas de inconstitucionalidade e às ações declaratórias de constitucionalidade.
- b) No âmbito do controle difuso, compete ao Congresso Nacional suspender a eficácia de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão dotada de efeito vinculante.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão é cabível quando há inércia do Poder Público quanto à efetivação de normas previstas na Constituição Federal.
- d) O controle preventivo de constitucionalidade é atribuição exclusiva do Presidente da República, por meio do voto a projetos de lei que entenda contrários à Constituição.
- e) Qualquer cidadão possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

42. Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta corretamente alguns dos bens pertencentes à União:

- a) Cavidades naturais subterrâneas e sítios arqueológicos e pré-históricos; terras tradicionalmente ocupadas por indígenas; terrenos de marinha, exceto seus acrescidos.
- b) Ilhas fluviais e lacustres nas fronteiras internacionais; praias marítimas; ilhas oceânicas e costeiras, incluindo aquelas que contenham a sede de municípios, mesmo que afetadas ao serviço público.
- c) Lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos da União, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países ou se

estendam a território estrangeiro, exceto terrenos marginais e praias fluviais.

d) Recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; recursos minerais, exceto os do subsolo; mar territorial; terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.

e) Mar territorial; terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas; potenciais de energia hidráulica; cavidades naturais subterrâneas e sítios arqueológicos e pré-históricos.

43. À luz das disposições constitucionais e das normas que regem a carreira da magistratura, especialmente no que se refere à remoção a pedido e à permuta de magistrados, assinale a alternativa correta:

- a) A remoção requerida por magistrado independe de apreciação por órgão colegiado, sendo suficiente a manifestação de vontade do interessado.
- b) É admissível a permuta entre juízes de mesma entrância, ainda que pertencentes a tribunais distintos dentro do mesmo segmento de justiça, desde que observados critérios objetivos e deliberação do órgão colegiado competente.
- c) A permuta de magistrados restringe-se aos juízes vinculados ao mesmo tribunal, sendo vedada entre aqueles integrantes de órgãos jurisdicionais diversos, mesmo que pertencentes ao mesmo segmento da Justiça.
- d) A remoção a pedido pode ser deferida para comarca vinculada à tribunal diverso, desde que haja equivalência de entrância.
- e) A remoção a pedido e a permuta de magistrados são realizadas exclusivamente por meio de sorteio, como forma de assegurar a imparcialidade do procedimento.

44. Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre a finalidade dos sistemas de controle interno no âmbito da administração pública:

- a) Realizar auditorias internas de forma independente, substituindo as atribuições dos Tribunais de Contas.
- b) Auxiliar no planejamento estratégico dos órgãos públicos, garantindo maior eficiência administrativa.
- c) Apoiar o controle externo no exercício de sua função institucional, contribuindo para a fiscalização e o acompanhamento da gestão pública.
- d) Centralizar as decisões administrativas, reduzindo a necessidade de atuação do controle externo.
- e) Julgar, em primeira instância, a regularidade da concessão de aposentadorias e pensões civis.

45. Sobre o instituto da Súmula Vinculante, previsto no art. 103-A da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A Súmula Vinculante é aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante decisão de maioria simples de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, e possui efeito vinculante apenas em relação aos órgãos do Poder Judiciário.
- b) A Súmula Vinculante tem como objetivo resolver controvérsias constitucionais que acarretem grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos, sendo aplicável exclusivamente à administração pública direta.
- c) A aprovação, revisão ou cancelamento de uma Súmula Vinculante pode ser provocada por qualquer cidadão, desde que demonstre interesse jurídico na matéria.
- d) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar uma Súmula Vinculante, cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que poderá anular o ato ou cassar a decisão reclamada, determinando que outra seja proferida.

e) A Súmula Vinculante, uma vez publicada, não pode ser revista ou cancelada, salvo por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

46. À luz do disposto na Lei nº 11.107/2005, analise as seguintes assertivas sobre os consórcios públicos:

- I. O consórcio público poderá adquirir personalidade jurídica de direito público, hipótese em que integrará a administração indireta dos entes consorciados.
- II. A constituição do consórcio público exige a celebração de contrato, precedida da aprovação do protocolo de intenções pelos Poderes Legislativos dos entes consorciados.
- III. O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado estará sujeito, integralmente, às normas de direito privado, inclusive quanto à realização de licitações e à contratação de pessoal.
- IV. O protocolo de intenções deverá conter, entre outros elementos, as finalidades do consórcio, o prazo de duração e os critérios de repartição de encargos entre os entes consorciados.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

47. À luz do regime jurídico aplicável aos cargos públicos, empregos públicos e funções públicas, analise as assertivas a seguir:

- I. O cargo público é ocupado por servidor público, possui regime jurídico estatutário e, como regra geral, seu provimento depende de aprovação prévia em concurso público.
- II. O emprego público é ocupado por empregado público, regido predominantemente pela legislação trabalhista, sendo o concurso público exigido como regra para sua investidura.
- III. A função pública não corresponde nem a cargo nem a emprego público, podendo abranger funções de confiança e hipóteses de contratação temporária, que, em regra, não exigem concurso público prévio.
- IV. Tanto o cargo público quanto o emprego público pressupõem vínculo contratual entre o agente e a Administração Pública, diferenciando-se apenas pelo regime jurídico aplicável.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

48. De acordo com a LINDB, quanto à vigência das leis, é correto afirmar que:

- a) A lei começa a vigorar em todo o país após 45 dias da publicação oficial, salvo disposição contrária expressa no próprio texto legal.
- b) A lei brasileira, quando admitida em país estrangeiro, entra em vigor imediatamente após sua publicação no Brasil.
- c) A republicação de lei para correção de erro material, ainda que antes de sua vigência, não interfere no prazo originalmente fixado de vacatio legis.
- d) A correção de texto de lei já em vigor implica reinício do prazo de vacatio legis, contado a partir da nova publicação.
- e) A contagem do prazo de vacatio legis inicia-se a partir da data de promulgação da lei, independentemente de publicação oficial.

49. À luz da Lei nº 11.781/2000 do Estado de Pernambuco, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública estadual, assinale a alternativa correta quanto aos direitos e deveres do administrado.

- a) O administrado tem o dever de expor os fatos conforme a verdade, mas pode deixar de prestar informações solicitadas quando entender que isso possa prejudicar seus interesses.
- b) Entre os deveres do administrado está o de proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, bem como o de não agir de modo temerário no curso do processo administrativo.
- c) O direito de apresentar documentos restringe-se ao momento inicial do processo administrativo, não sendo admitida sua juntada em fase posterior.
- d) O administrado não possui direito de ter vista dos autos, tratando-se de faculdade concedida discricionariamente pela Administração Pública.
- e) A representação por advogado é obrigatória em todos os processos administrativos estaduais, sob pena de nulidade dos atos praticados.

50. No âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, o poder disciplinar autoriza a apuração e a aplicação de sanções em face de infrações praticadas no contexto da atividade administrativa. Considerando o conceito, o alcance e os limites desse poder, assinale a alternativa correta.

- a) O poder disciplinar no Estado de Pernambuco restringe-se aos servidores públicos estaduais efetivos, não alcançando empregados públicos ou particulares contratados pela Administração.
- b) A Administração Pública estadual possui discricionariedade absoluta para decidir se apura ou não infrações disciplinares, conforme critérios de conveniência e oportunidade.
- c) A aplicação de penalidades disciplinares no âmbito da Administração estadual pode ocorrer de forma sumária, dispensando a instauração de processo administrativo quando a infração for considerada leve.
- d) O poder disciplinar configura poder-dever da Administração Pública estadual de apurar e punir infrações funcionais praticadas por servidores e por particulares sujeitos à disciplina administrativa, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a motivação do ato sancionador.
- e) O poder disciplinar estadual decorre exclusivamente do poder hierárquico, sendo inaplicável a particulares que mantenham vínculo contratual com a Administração Pública.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Com relação à Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, é correto afirmar que a sucessão:

- a) Obedece à lei do país onde os bens do *de cuius* estiverem situados.
- b) Obedece à lei do país em que se deu o óbito.
- c) Obedece à lei do país em que domiciliado o defunto.

d) Obedece à lei brasileira, se tiver por objeto bens situados no Brasil, e qualquer parente sucessível brasileiro.

e) Obedece à lei do domicílio do herdeiro ou legatário.

52. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Empresas individuais de responsabilidade limitada são consideradas pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito privado.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- c) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta dos votos dos administradores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- d) O Código Civil acata a possibilidade de desconsideração inversa da personalidade jurídica, assim entendida como a extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.
- e) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

53. Com relação aos bens, é correto afirmar que um terreno de marinha é considerado:

- a) Bem público de uso comum do povo, e, portanto, inalienável.
- b) Bem público de uso especial, e, portanto, não estando sujeito a usucapião.
- c) Bem público de uso especial, e, portanto, inalienável.
- d) Bem público dominical, e, portanto, inalienável, podendo, no entanto, se sujeitar a usucapião.
- e) Bem público dominical, podendo ser alienado uma vez observadas as exigências da lei, mas não estando sujeito a usucapião.

54. Com relação negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- b) Sobre vindo a condição suspensiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe.
- c) O termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito.
- d) O termo inicial não suspende nem a aquisição nem o exercício do direito.
- e) O encargo ilícito ou impossível constitui causa de invalidação do negócio jurídico.

55. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados, salvo se houver acordo entre partes.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se com sua morte, reiniciando seu curso com a abertura do inventário.
- c) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- d) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, e o juiz pode surpreender a alegação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. Sobre os embargos de declaração, é correto afirmar que:

- a) Serão opostos no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Sujeitam-se a recolhimento de preparo.
- c) Possuem efeito suspensivo.
- d) Interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- e) quando forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á colegiadamente.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, o litisconsórcio será unitário quando

- a) A eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- b) Pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- c) Não for obrigatório.
- d) Os efeitos da decisão proferida no processo puderem ser diferentes para cada um dos litisconsortes.
- e) O número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

58. De acordo com o Código de Processo Civil, a norma processual, como regra,

- a) não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- b) retroagirá, mas não será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- c) não retroagirá e não será aplicável imediatamente aos processos em curso
- d) retroagirá, e será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- e) retroagirá e será aplicável, inclusive, aos processos transitados em julgado.

59. Sobre os pedidos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo não receberá sua parte.
- b) Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, ressalvado os honorários advocatícios.
- c) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- d) É vedado formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.
- e) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

60. De acordo com o Código de Processo Civil, os recursos

- a) Como regra, impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) São cabíveis em face de despachos.
- c) Interpostos por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- d) Podem ser interpostos pela parte que aceitar tacitamente a decisão.
- e) Interpostos por um devedor aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns e haja solidariedade passiva.

Discursiva 1

Em 2026, o Município Alfa, que não instituiu regime próprio de previdência social até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (EC nº 103/2019), avalia editar lei para criar regime próprio de previdência social (RPPS) para servidores titulares de cargos efetivos. Paralelamente, mantém agentes públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Já o Estado Beta, que possui RPPS, revisa a apuração dos compromissos do plano de benefícios e adotou o regime financeiro de repartição de capitais de cobertura, especialmente para pensão por morte de segurados em atividade.

Com base na situação hipotética, responda aos seguintes tópicos:

- a) Considerando o art. 40, §22, da Constituição Federal, indique a consequência para a intenção do Município Alfa de instituir regime próprio de previdência social (RPPS).
- b) Para o agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, indique qual regime se aplica.
- c) No RPPS do Estado Beta, para pensão por morte de segurados em atividade, explique a aplicação do regime financeiro de repartição de capitais de cobertura, explicitando como se estrutura o rateio do valor necessário para o pagamento das pensões correspondentes.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Um servidor público titular de cargo efetivo de um Estado, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), tomou posse em 02/01/2020. No respectivo ente federativo, já estava em vigor o Regime de Previdência Complementar (RPC) para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo. Em 2025, após avaliação administrativa, foi registrada limitação na capacidade física do servidor, com indicação de possibilidade de readaptação para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação, mantida a remuneração do cargo de origem. Ainda em 2025, ocorreu o falecimento do servidor em atividade, no cargo efetivo, com remuneração de R\$ 10.000,00. Considere que o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é de R\$ 8.157,41 (teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS).

Com base na situação hipotética, responda aos seguintes tópicos:

- a) Indique se o valor dos proventos de aposentadoria e pensão por morte, a serem concedidos pelo RPPS, ficará limitado ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, em razão de já estar em vigor o RPC quando do ingresso do servidor no cargo efetivo.
- b) Indique a condição para a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que o servidor estiver investido, considerando a possibilidade de readaptação registrada na situação hipotética.
- c) Calcule o valor da pensão por morte, considerando o falecimento do servidor em atividade e a regra de acréscimo de 70% da parcela excedente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>